

## Editorial

### Recursos naturais: preservar ou utilizar?

A cada dia em que abrimos os jornais encontramos declarações de que “impedimentos a grandes obras têm sido causados pela indefinição a respeito da competência de cada ente federativo e órgão de fiscalização ambiental”. Com relação aos processos de licenciamento ambiental e ao Plano de Aceleração do Crescimento (PAC), a Ministra Marina Silva, recentemente, afirmou que:

o conjunto de ações deve ser realizado de acordo com a legislação ambiental brasileira e é a isso que o PAC se propõe [...] Não houve nenhuma mudança no sentido de simplificar, de facilitar. É uma legislação excelente, que precisa ser cumprida e tem ganhado agilidade nos processos: em 2006, foram 272 licenças ambientais e a média do período anterior a 2003 era de 145 licenças por ano.

Segundo Cláudio Langone, Secretário-executivo do Ministério do Meio Ambiente (MMA):

A discussão sobre o PAC nos deu a oportunidade de retirar da sala a idéia de que o meio ambiente é o entrave para o crescimento do país. Nos últimos meses, promoveu-se, dentro do governo e com a opinião pública, um debate muito intenso sobre o tema. As licenças ambientais têm uma parcela de responsabilidade no andamento das obras, mas nem de longe são o problema central. Foi verificado que muitas obras estão licenciadas, mas, mesmo assim, não estão sendo construídas. A discussão fez com que os empreendedores tomassem providências, no sentido de reverter a paralisação delas. O PAC atinge duas discussões: a falta de planejamento e a falta de financiamento das obras.

No centro do debate, acerca das relações nem sempre harmoniosas entre o PAC e a proteção ambiental, estão a mudança das regras de licenciamento e a reestruturação do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), com a criação de novas secretarias e do Instituto Chico Mendes. As mudanças já perpassavam as declarações do presidente Luiz Inácio Lula da Silva que, dois dias antes da oficialização da medida, ressaltou a importância dos empreendimentos da área hidrelétrica para o PAC e para a garantia de produção

de energia elétrica, a médio prazo, não escondendo sua irritação com o IBAMA, por causa da demora na concessão de licença ambiental para a construção de usinas hidrelétricas no Rio Madeira, deixando a impressão de que gostaria de ver mudanças no comando do instituto, subordinado ao Ministério do Meio Ambiente. Se, na avaliação do Ministro dos Transportes, Sr. Alfredo Nascimento, as mudanças poderão acelerar os processos de licenciamento ambiental, considerados morosos pelos empreendedores, por outro lado, a reforma na estrutura administrativa do IBAMA, implementada pela Medida Provisória n. 366/07, de 26 de abril de 2007, afeta inegavelmente a capacidade do Instituto de executar, de forma sistêmica, as políticas nacionais de meio ambiente, e de empregar, com unicidade, os instrumentos de gestão ambiental federal. Considerando a premência de integrar as atividades de conservação da biodiversidade, de zoneamento ambiental, de licenciamento e revisão de atividades efetivas ou potencialmente poluidoras, de gerenciamento de resíduos, de gerenciamento costeiro, de gestão de recursos hídricos, de ordenamento de recursos pesqueiros, de manejo sustentável de recursos ambientais e de ecoturismo. Com a melhoria da qualidade ambiental no país, a reestruturação do IBAMA, no contexto do PAC levanta uma pergunta que não quer calar: que crescimento é este que buscam os segmentos sociais que durante a campanha presidencial concentraram-se em ataques aos “baixos índices” alcançados pelo Brasil, quando comparados a indicadores macroeconômicos de outros países da América do Sul? É o crescimento industrialista poluidor, que esgota os recursos naturais não-renováveis e destrutura as formas tradicionais e locais de apropriação da natureza? Como vão os nossos jovens? E nossas cidades? Estamos mais felizes? Mais saudáveis? E nosso ambiente? Mais puro e mais equilibrado? E os países que mais crescem? Alcançaram a tranquilidade e a felicidade?

Cabe, pois, buscarmos inspiração nos grupos que historicamente vêm utilizando a natureza com respeito e sabedoria, interagindo com o ambiente, em prol da subsistência, mas também promovendo a conservação da biodiversidade. Que vale mais? Uma Unidade de Conservação que só existe no papel, sem condições institucionais do Poder Público para sua implantação, ou uma comunidade mobilizada para conservar suas bases de sustento?

Essa reflexão, que permeia o debate acerca dos rumos quanto ao desenvolvimento do Brasil, ao qual o ambientalismo é aliado, apontando, contudo, a necessidade de se repensar conceitos de crescimento e progresso, é a tônica do primeiro Boletim do Observatório Ambiental Alberto Ribeiro Lamego. O objetivo principal do Observatório Ambiental Alberto Ribeiro Lamego é divulgar informações de suporte à decisão no campo ambiental, debatendo questões relacionadas a problemas e conflitos ambientais existentes no país e, principalmente, na região

da Foz do Rio Paraíba, Bacia Hidrográfica da Lagoa Feia/Rio Macabu/Ururai-Imbé, Bacia do Rio Macaé, Rio das Ostras, Lagoa de Imboassica e Lagoas Costeiras, incluindo as do Parque Nacional da Restinga de Jurubatiba. Esses rios e lagoas, de imensa importância econômica, social e ambiental, fazem parte da Macro-Região Ambiental n. 5 do Estado do Rio de Janeiro (MRA-5), e das regiões hidrográficas VIII e IX, e há tempos vêm sofrendo grandes agressões ambientais e carecendo de um olhar especial.

Alavancado pela equipe do Programa de Pós-graduação Stricto Sensu em Engenharia Ambiental do CEFET Campos (PPEA/CEFET Campos), o Observatório Ambiental é uma parceria interinstitucional do CEFET com o Consórcio Intermunicipal da MRA-5, o Comitê de Bacia do Rio Macaé (CBH Macaé), que tem a Empresa Municipal de Urbanismo, Saneamento e Águas (EMHUSA) como atual presidente de seu Diretório Colegiado. O Observatório, escolhido pelo CBH Macaé para estruturar o Sistema de Informações de recursos Hídricos da região, tem como uma de suas metas a criação de um Banco de Dados Ambientais regionais, o BDAR, a fim de permitir a apresentação de mapas temáticos contendo informações de solos, relevo, clima, geologia, minerais, cobertura vegetal e tipos de uso de solo de forma acessível ao público em geral. O Observatório está integrado ao Projeto “Salas Verdes” (nas Unidades Campos e Macaé do CEFET Campos) e às atividades da Unidade de Pesquisa e Extensão Agroambiental (UPEA Barcelos), contando com boletins (eletrônicos e impressos) como estratégia importante de difusão das informações.

As duas temáticas principais abordadas no primeiro boletim do Observatório Ambiental Alberto Ribeiro Lamago estão inseridas numa reflexão mais ampla que se busca estabelecer na Região Norte Fluminense: “Para onde queremos crescer?”. Estas são:

- 1) gestão ambiental participativa: como estamos, para onde vamos?;
- 2) energias renováveis, alternativa para promoção de sustentabilidade regional.

Convidamos todos os leitores a refletir conosco e a agir em prol da construção de caminhos que sejam bons para todos os segmentos sociais regionais, entendendo que temos grandes desafios a superar.

Coordenação Editorial

